



# NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
acompanhadas do relatório do auditor independente em  
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262PC-024-PB





# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Rua Juiz de Fora, 1.406 -  
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -  
Belo Horizonte (MG) Brasil  
T +55 31 3289-6000  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Quotistas da  
**NEC Operações e Participações em Energia Ltda.**  
Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Operações e Participações em Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e de suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC MG-008.957/F-8

*Daniel Menezes Vieira*

Daniel Menezes Vieira  
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

## NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.704	5.563	27.350	32.963
Contas a receber	5	-	-	6.022	8.843
Adiantamentos concedidos	6	-	-	310	3.315
Impostos a recuperar	7	-	-	3.699	1.601
Partes relacionadas	10	-	-	286	272
Lucros a receber	8	3.290	-	-	-
Outros ativos	9	-	-	366	1.003
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>8.994</b>	<b>5.563</b>	<b>38.033</b>	<b>47.997</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	-	-	-	965	246
Partes relacionadas	10	-	-	4.264	4.221
Investimentos	11	216.741	215.569	52.496	57.665
Imobilizado	12	-	-	218.347	219.407
Intangível	13	-	-	6.679	3.855
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>216.741</b>	<b>215.569</b>	<b>282.751</b>	<b>285.394</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>225.735</b>	<b>221.132</b>	<b>320.784</b>	<b>333.391</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	14	14	14	3.577	7.711
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	579	5.486
Obrigações sociais	17	-	-	4.073	3.699
Obrigações tributárias	16	10	13	2.076	2.110
Lucros a pagar	18	40.000	-	41.410	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	69	33
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>40.024</b>	<b>27</b>	<b>51.784</b>	<b>19.039</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	597	1.147
Partes relacionadas	10	5.373	3.156	-	2.160
Provisões para riscos	19	-	-	908	396
Tributos diferidos	20	1.084	1.084	38.247	40.604
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.457</b>	<b>4.240</b>	<b>39.752</b>	<b>44.307</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
	<b>22</b>				
Capital social	22.1	161.871	161.871	161.871	161.871
Reserva de capital	22.2	8.454	8.454	8.454	8.454
Reservas de lucros	22.3	8.929	46.540	8.929	46.540
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>179.254</b>	<b>216.865</b>	<b>179.254</b>	<b>216.865</b>
Participação de não controladores		-	-	49.994	53.180
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>229.248</b>	<b>270.045</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>225.735</b>	<b>221.132</b>	<b>320.784</b>	<b>333.391</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	23	-	-	153.588	99.591
Custos das vendas de energia e serviços prestados	24	-	-	(101.140)	(61.193)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>52.448</b>	<b>38.398</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Administrativas, comerciais e gerais	25	(30)	(23)	(27.465)	(24.594)
Resultado de equivalência patrimonial	11	25.672	12.583	5.929	(3.066)
Amortização mais valia	11	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	26	(489)	-	(902)	5.714
Despesas tributárias	27	(30)	(35)	(239)	(303)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>25.123</b>	<b>12.525</b>	<b>29.771</b>	<b>16.149</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	28	640	545	5.265	4.037
Despesas financeiras	28	(5)	(3)	(500)	(1.660)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>635</b>	<b>542</b>	<b>4.765</b>	<b>2.377</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>25.758</b>	<b>13.067</b>	<b>34.536</b>	<b>18.526</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	(163)	(150)	(4.540)	(5.002)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	-	9	2.292	4.342
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.595</b>	<b>12.926</b>	<b>32.288</b>	<b>17.866</b>
<b>Lucro atribuído aos:</b>					
Quotistas controladores				25.595	12.926
Quotistas não controladores				6.693	4.940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>25.595</b>	<b>12.926</b>	<b>32.288</b>	<b>17.866</b>
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>25.595</b>	<b>12.926</b>	<b>32.288</b>	<b>17.866</b>

**Lucro atribuído aos:**

Quotistas controladores	25.595	12.926
Quotistas não controladores	6.693	4.940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reservas de lucros	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>161.871</b>	-	-	<b>49.260</b>	<b>211.131</b>	<b>55.591</b>	<b>266.722</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.926	12.926	4.940	<b>17.866</b>
Distribuição de lucros	22.3 e 22.4	-	-	-	(7.192)	(7.192)	(7.351)	<b>(14.543)</b>
Constituição de reserva de capital	22.2	-	-	8.454	(8.454)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>161.871</b>	-	<b>8.454</b>	<b>46.540</b>	<b>216.865</b>	<b>53.180</b>	<b>270.045</b>
Aumento (redução) de capital	22.1 e 22.4	20	(20)	-	-	-	(2.966)	<b>(2.966)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.595	25.595	6.693	<b>32.288</b>
Distribuição de lucros	22.3 e 22.4	-	-	-	(63.206)	(63.206)	(7.401)	<b>(70.607)</b>
Efeito cancelamento de ação não controlador	22.4	-	-	-	-	-	488	<b>488</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>161.891</b>	<b>(20)</b>	<b>8.454</b>	<b>8.929</b>	<b>179.254</b>	<b>49.994</b>	<b>229.248</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>25.758</b>	<b>13.067</b>	<b>34.536</b>	<b>18.526</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>					
Depreciação	12	-	-	16.534	15.455
Amortização encargos financeiros sobre empréstimos e parcelamentos fiscais	13	-	-	801	451
	15	-	-	396	1.029
Resultado com equivalência patrimonial	11	(25.802)	(12.713)	(5.929)	(3.066)
Amortização mais valia	11	130	130	4.479	5.425
Resultado com distribuição desproporcional	11	1	1	(99)	198
Variação de participação societária	11	489	-	488	-
Resultado na venda de imobilizado	12 e 26	-	-	-	(6.153)
Baixa de ativo imobilizado	12 e 26	-	-	286	1.203
Baixa de ativo intangível	13	-	-	244	-
Provisão para riscos	19	-	-	464	328
Atualização monetária sobre contingências	19	-	-	48	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	137	253
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>					
Contas a receber	5	-	-	2.684	2.673
Adiantamentos concedidos	6	-	-	3.005	(2.534)
Impostos a recuperar	7	-	71	(2.098)	(146)
Depósitos judiciais	-	-	-	(719)	(152)
Outros ativos	9	-	-	637	54
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>					
Fornecedores	14	-	14	(4.134)	4.372
Obrigações tributárias	16 e 29	(3)	21	(99)	2.674
Obrigações sociais	17	-	-	374	2
Adiantamento de clientes	-	-	-	36	1
Partes relacionadas	10	2.217	852	(2.160)	1.888
Outros passivos	-	-	-	-	(450)
Impostos pagos	29	(163)	(150)	(4.540)	(5.002)
Juros pago sobre parcelamentos fiscais, empréstimos e financiamentos	15	-	-	(298)	(1.443)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>2.627</b>	<b>1.293</b>	<b>45.073</b>	<b>35.586</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Partes relacionadas	10	-	-	(57)	(4.221)
Aquisição de participação	11	-	(5.973)	-	-
Acréscimo do imobilizado	12	-	-	(17.149)	(14.249)
Acréscimo do intangível	13	-	-	(2.480)	(10)
Venda de imobilizado	12 e 26	-	-	-	10.311
Lucros recebidos	11	20.720	15.920	3.428	2.443
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>20.720</b>	<b>9.947</b>	<b>(16.258)</b>	<b>(5.726)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Redução de capital social	22.1	-	-	(3.266)	-
Amortização de parcelamentos fiscais	-	-	-	-	(157)
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	-	-	(5.555)	(9.016)
Lucros distribuídos	22.3	(23.206)	(7.192)	(25.607)	(14.543)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(23.206)</b>	<b>(7.192)</b>	<b>(34.428)</b>	<b>(23.716)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
<b>caixa</b>		<b>141</b>	<b>4.048</b>	<b>(5.613)</b>	<b>6.144</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício	4	5.563	1.515	32.963	26.819
No final do exercício	4	5.704	5.563	27.350	32.963
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>141</b>	<b>4.048</b>	<b>(5.613)</b>	<b>6.144</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Empresa”, “NEC Operações” ou “Controladora”, e em conjunto com suas controladas, “Grupo”), constituída em 12 de março de 2021, é uma sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte – MG e tem como objetivo social a participação no capital de outras empresas na condição de acionista, sócia ou quotista em caráter permanente ou temporário, como Controladora.

A Empresa é controlada pela NEC Energia e Participações S.A., e é controladora de um Grupo econômico formado por empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, notadamente de origem hídrica, operação e manutenção remota de usinas hidrelétricas; consultoria e assessoria de negócios relacionados à energia elétrica; comercialização de energia elétrica.

Em 15 de fevereiro de 2023, a CEI Energética Integrada Ltda. passou a deter 1,95% de participação da Empresa mediante integralização de novas quotas no quadro societário da Empresa (em 2022 ela tinha 2% de participação). A CEI Energética, fundada em novembro de 2004, possui participação em empresas de geração de energia por meio de fontes renováveis, de origem hídrica e solar, consultoria e assessoria de negócios relacionadas a energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a estrutura societária do Grupo compreende a controladora e as seguintes Controladas, considerando suas participações diretas e indiretas:

		Participação %	
		31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas	BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	100,00%	100,00%
	Brito Energética Ltda.	100,00%	100,00%
	Energia Limpa Participações Ltda.	70,00%	70,00%
	Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	51,00%	51,00%
	Areal Energias Renováveis Ltda.	100,00%	100,00%
	Itacolomi Participações S.A.	73,91%	73,91%
	Polaris Participações Ltda.	100,00%	100,00%
	Sul de Minas Participações em Energia S.A. <b>(i) (ii)</b>	61,70%	100,00%
	NEC Geração Energias Renováveis Ltda.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas	GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. <b>(i)</b>	0,00%	57,00%
	Vila Real Energia S.A.	5,00%	5,00%
	Maynard Energética Ltda.	0,01%	0,01%
	Arenal Participações S.A.	49,42%	49,42%
Controlada em conjunto	Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	51,00%

A seguir, detalhamos a estrutura societária das controladas indiretas:

Controladora	Controladas	Participação %	
		31/12/2025	31/12/2024
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	BEI Remote Operation Platform Ltda.	100,00%	100,00%
Polaris Participações Ltda.	Arenal Participações S.A.	50,58%	50,58%
	Itacolomi Participações S.A.	26,09%	26,09%
Itacolomi Participações S.A.	Vila Real Energia S.A.	62,50%	62,50%
Vila Real Energia S.A.	Maynard Energética Ltda.	99,99%	99,99%
NEC Geração Energias Renováveis Ltda.	Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	49,00%	49,00%
Sul de Minas Participações em Energia S.A.	GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	100,00%	0,00%

O Grupo faz a gestão de 19 usinas situadas no Estado de Minas Gerais e no Estado do Mato Grosso do Sul com capacidade de geração de 76,88 MW.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i)** Em 2024, a NEC Operações e Participações em Energia Ltda. detinham 57% de participação direta no capital social da GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A., condição mantida até 27 de abril de 2025. Em 28 de abril de 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A., controlada da NEC Operações, incorporou as ações de emissão da GESM, passando está a ser controlada indireta do Grupo.

**(ii)** Em abril de 2025, houve uma reorganização societária onde a NEC Operações cedeu integralmente sua participação na GESM para a Sul de Minas, resultando na transferência indireta da participação dos sócios minoritários, que anteriormente detinham participação na GESM, para a Sul de Minas. Adicionalmente em julho de 2025, em decorrência do mesmo movimento, houve o cancelamento de ações de um dos sócios, as quais foram adquiridas pela Sul de Minas.

Segue resumo informativo das controladas da NEC Operações e Participações em Energia Ltda.:

**Areal Energias Renováveis Ltda. (“Areal”)**

A Areal Energias Renováveis Ltda. (“Empresa”), é uma sociedade limitada cuja sede está localizada no município de Santa Rita de Jacutinga – MG e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica, e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Empresa, constituída em 12 de abril de 2021, celebrou em 11 de junho de 2021 o Contrato de Compra e Venda de Ativos de Geração de Energia e Outras Avenças com a Iguazu Minas Energética Ltda., com o propósito de adquirir os ativos vinculados à Usina Areal (PCH Areal) e, em dezembro de 2021, concluiu a transação, passando a ser a titular dos direitos e obrigações provenientes da Resolução autorizativa no 336 de 17 de outubro de 2005, bem como dos ativos vinculados à PCH Areal. A PCH Areal conta com a Capacidade Instalada de 5,15MW e Garantia Física (MW médios) de 3,72MW.

**Arenal Participações S.A. (“Arenal”) – Investida da Polaris Participações Ltda.**

A Arenal, sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Arenal, a partir de 6 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a cessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A. e por meio de acordo de quotistas, o controle é compartilhado.

A Administração da Arenal aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$ 9.850. Destaca-se que se trata de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

**BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda. (“BEI”)**

A BEI, sociedade limitada, constituída em 10 de janeiro de 2013, com sede em Belo Horizonte – MG, tem como objeto social:

- Operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de engenharia;
- Consultoria na área de geração de energia elétrica;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Prestação de serviços de automação de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de hidrometria;
- Prestação de serviços de Telemetria;
- Prestação de serviços de limpeza e vigilância de usinas de geração de energia elétrica;
- Prestação de serviços de telecomunicações;
- Promoção de treinamentos, cursos e palestras, presenciais ou à distância.

Seus pilares são sustentados por processos definidos, inovação tecnológica e qualificação da equipe, tendo como foco o resultado, soluções aliadas à redução de custos e ampliação da confiabilidade das operações de seus clientes. Tem seu modelo baseado em uma estrutura própria elaborada a partir do conhecimento das melhores práticas do mercado e, atualmente, se tornou referência em operação remota de Pequenas Centrais Hidrelétricas.

**Brito Energética Ltda. (“Brito”)**

A Brito, sociedade limitada cuja sede está localizada em Ponte Nova – MG, foi constituída em 21 de maio de 2014 e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica, e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Brito comercializa energia por meio das Usinas de Brito e Ituerê, classificadas como CGH, com capacidades instaladas de 2,9 MW e 4,04 MW respectivamente, com o direito vitalício a exploração

**Energia Limpa Participações Ltda. (“Energia Limpa”)**

A Energia Limpa, sociedade limitada cuja sede está localizada em Rio Casca – MG tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A Energia Limpa iniciou sua operação em abril de 2012, por meio da Usina de Ponte Queimada I. Em junho de 2012, teve início a operação da segunda usina da Empresa, Usina de Ponte Queimada II.

Em 2016, a Energia Limpa iniciou um projeto de ampliação da capacidade instalada que consistiu na construção de uma nova usina, denominada Nova Ponte Queimada II, substituindo a usina Ponte Queimada II que tinha capacidade instalada de 0,76 MW. A nova usina começou a gerar energia em 15 de janeiro de 2019 e tem capacidade instalada de 3 MW, com direito vitalício de concepção. Em janeiro de 2020 a usina Ponte Queimada I teve sua operação descontinuada.

**GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A. (“GESM”) – Investida da Sul de Minas Participações em Energia S.A.**

A GESM, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de julho de 2012 e tem como objetivo **(i)** a geração de energia elétrica de origem hidráulica, inclusive com manutenção de redes de eletricidade e a medição de consumo de energia elétrica e **(ii)** o comércio atacadista de energia elétrica.

A GESM gera energia elétrica vendida no mercado livre por meio das hidrelétricas PCH Congonhal I e PCH Paes Leme, com capacidade instalada de 1,82MW e 1,92MW, respectivamente que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 11 anos da autorização vigente.

As CGH Congonhal I 0,428MW, CGH Pirambeira 0,53MW, CGH Henrique Portugal 0,8MW, e CGH Ribeirão, 0,18MW, possuem registro junto a ANEEL com prazo vitalício.

Em abril de 2025, a Sul de Minas passou a ser detentora de 100% das ações da GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A. mediante incorporação das ações da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda. e dos minoritários.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”)**

A Itacolomi, sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social a participação em outras empresas, como quotista ou acionista, em empresas empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das quotas da Vila Real Energia S.A., que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da empresa de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda., a qual, conforme se descreverá a seguir, é a empresa que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard, mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

**Maynard Energética Ltda. (“Maynard”) – Investida da Vila Real Energia S.A.**

A Maynard Energética Ltda. (“Maynard” ou “Empresa”), com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras Empresas como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Maynard Energética comercializa energia elétrica predominantemente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica celebrados com consumidores livres, comercializadores e demais agentes do setor elétrico. Adicionalmente, a empresa possui empreendimento enquadrado na modalidade Geração Distribuída (GD), destinado à compensação de energia elétrica conforme a regulamentação aplicável.

A empresa possui sete usinas hidrelétricas em operação, sendo duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).

As PCH Fumaça, com potência instalada de 10 MW, e PCH Furquim, com potência instalada de 6 MW, operam sob o regime de autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de 30 (trinta) anos, passível de renovação ao final do período.

As CGH Caboclo (4,42 MW), CGH Funil (4,23 MW), CGH Prazeres (3,76 MW) e CGH Salto (4,51 MW) operam sob o regime de registro junto à ANEEL, o qual confere direito vitalício à exploração da geração de energia elétrica, não estando sujeitas a prazo de concessão ou autorização, nos termos da regulamentação setorial vigente.

A CGH BRC, com potência instalada de 1,5 MW, difere das demais CGHs do portfólio, pois está enquadrada na modalidade de Geração Distribuída (GD), sendo a energia gerada destinada à compensação de energia elétrica junto a unidades consumidoras, conforme a legislação aplicável ao sistema de compensação de energia elétrica.

Em relação aos prazos regulatórios, as PCH Fumaça e Furquim possuem aproximadamente 9 (nove) anos remanescentes de vigência das autorizações atuais, enquanto as CGHs operam sob regime de registro com direito vitalício de exploração, condicionado ao cumprimento das normas regulatórias e ambientais aplicáveis.

Entrada em Operação – CGH BRC (Fonte Hídrica | Geração Distribuída).

Em agosto de 2025, a CGH BRC, empreendimento de geração de energia elétrica de fonte hídrica, classificado como Geração Distribuída (GD) e com potência instalada de 1,5 MW, entrou em operação após a conclusão das etapas de implantação, comissionamento, testes e validações técnicas necessárias à sua plena funcionalidade e conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde a sua entrada em operação, o empreendimento encontra-se disponível para uso e destinado à locação para terceiros, tendo sido iniciada a exploração econômica por meio de contratos de locação a partir de dezembro de 2025, mantendo-se classificado no ativo imobilizado em operação. A partir da data em que se tornou disponível para uso, o ativo passou a ser submetido aos critérios de mensuração subsequente e depreciação, conforme as práticas contábeis adotadas.

**NEC Geração de Energias Renováveis Ltda. - (“Nec Geração”), anteriormente denominada NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda.**

A NEC Geração Energias Renováveis Ltda., anteriormente denominada NEC Holding Comercialização de Energia e Participações Ltda. (“Empresa”), constituída em 08 de março de 2024, está localizada em São Paulo - SP e conta com uma Filial localizada em Belo Horizonte - MG tendo como objetivo social **(i)** a comercialização de energia elétrica por meio de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assim como pela participação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como em qualquer entidade ou órgão governamental relacionado à comercialização de energia elétrica; e **(ii)** a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista.

A Empresa, em 2024, passou a ser detentora de 49% das quotas da Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária NEC Operações e Participações em Energia Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em 2025, com atividade principal de comercialização de energia elétrica adquirida das empresas geradoras do grupo[AB1] econômico (operações intercompany) e sua posterior venda no mercado.

**Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. (“Pacífico Mascarenhas”)**

A Pacífico Mascarenhas, sociedade limitada cuja sede está localizada em Belo Horizonte - MG tem como objetivo realizar atividades de geração de energia elétrica.

A filial da Pacífico Mascarenhas foi constituída em 27 de julho de 2017 para comercializar energia por meio da Usina de Pacífico Mascarenhas, classificada como CGH (localizada na Serra do Cipó). A usina passou por um processo de modernização e repotenciação ao longo dos anos de 2021 e 2022 ampliando sua capacidade de 2,9 MW para 5,0 MW, com direito vitalício a exploração.

**Polaris Participações Ltda. (“Polaris”)**

A Polaris tem por objeto social a participação em outras empresas, seja como quotista ou acionista e possui investimentos nas empresas Arenal e Itacolomi, empresas controladas pela NEC Operações.

Em março de 2022, a NEC Operações, celebrou contrato de compra das quotas dos Srs. Ricardo Valadares Gontijo e Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, detentores de 100% do capital social da Polaris, e passou a controlar a Empresa.

Uma vez que:

- A Polaris é uma holding pura com o objetivo de carregar investimentos em Arenal e Itacolomi;
- Através de Acordo de Acionistas, o Grupo já controlava as empresas Arenal e Itacolomi;
- O objetivo do Grupo era remover os quotistas/acionistas minoritários nestes investimentos.

A Administração do Grupo avaliou a transação e concluiu não se caracterizar uma combinação de negócios. Desta maneira, esta aquisição foi reconhecida como uma aquisição de participação minoritária, na qual a diferença entre os saldos contábeis dos ativos e a contraprestação efetivamente oferecida foi registrada diretamente no patrimônio líquido.

**Sul de Minas Participações em Energia S.A. (“Sul de Minas”)**

A Sul de Minas, sociedade anônima fechada, foi constituída em 17 de junho de 2024, cuja sede está localizada em Belo Horizonte - MG, controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda., tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades na condição de acionista, sócia ou cotista em caráter permanente ou temporário.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em julho de 2025, a Sul de Minas, teve a redução de seu capital social em razão do exercício de direito de retirada de um sócio não controlador, que teve o cancelamento de suas ações e recebeu o reembolso no valor de R\$ 3.266.

Em 2024, a NEC Operações e Participações em Energia Ltda. detinha 57% de participação direta no capital social da GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A., condição mantida até 27 de abril de 2025.

Em 28 de abril de 2025, a NEC Operações cedeu integralmente sua participação acionária na GESM para a Sul de Minas Participações em Energia S.A. Em decorrência dessa operação, os sócios minoritários que anteriormente detinham 43% de participação na GESM passaram a deter participação societária na Sul de Minas. Assim, a GESM passou a ser controlada de forma indireta pela NEC Operações.

Em julho de 2025, houve o cancelamento de ações de um dos sócios não controladores, as quais foram adquiridas pela Sul de Minas pelo montante de R\$ 3.266, o que resultou no aumento da participação da NEC Operações em sua controlada.

**Vila Real Energia S.A. (“Vila Real”) – Investida da Itacolomi Participações S.A.**

A Vila Real, sociedade anônima fechada, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social **(i)** a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; **(ii)** a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; **(iii)** a participação em outras empresas como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; **(iv)** a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; **(v)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Vila Real, em 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 99,9% das quotas da Maynard Energética Ltda. mediante a sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Mediante a referida reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Vila Real, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard- PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 9 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com direito vitalício a exploração.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada, por reunião da diretoria, em 25 de fevereiro de 2026.

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Empresa, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**2.1.1. Bases de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

**2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e de suas controladas. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2. Principais políticas contábeis materiais****a) Base de consolidação****Demonstrações contábeis consolidadas**

A NEC Operações e Participações em Energia Ltda. Inclui, em suas demonstrações consolidadas, todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Empresa:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Empresa reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Empresa obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Empresa perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Empresa obtém o controle até a data em que a Empresa deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Empresa e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Empresa e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Empresa.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo NEC são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- i)** O valor da contraprestação transferida, mais;
- ii)** O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;
- iii)** Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- iv)** O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

**c) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas empresas nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma empresa controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da empresa e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da empresa controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**d) Aquisição de participação de quotistas não controladores**

É registrado como transações entre quotistas ("Transações de capital"). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

**e) Investimentos em controladas e coligadas**

Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas coligadas e controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Empresa como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos quotistas da investida.

**f) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério pro rata temporis, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

**g) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

**h) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação são incluídos em despesas financeiras.

**i) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**j) Ativos financeiros**

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa, as contas a receber, os recebíveis de partes relacionadas e os depósitos judiciais, todos reconhecidos considerando o custo amortizado.

**k) Passivos financeiros**

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Empresa, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos

**l) Imobilizado**

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por Empresa, as taxas de depreciação apresentadas por grupo de ativos foram definidas com base na vida útil econômica estimada dos bens. Tais taxas podem variar em função do modelo de autorização, concessão ou registro aplicável, bem como das condições específicas de operação e uso de cada unidade:

**Energia Limpa:**

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	2,47%
Estruturas civis – Usinas	3,69%
Instalações	3,52%
Máquinas e equipamentos	1,53%
Equipamentos de informática	19,58%
Equipamentos geradores de energia	2,89%
Móveis e utensílios	5,23%

**Maynart:**

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,81%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,78%
Estruturas civis	4,95%
Máquinas e equipamentos	5,79%
Equipamentos de informática	8,95%
Equipamentos geradores de energia	3,20%
Ferramentas	18,39%
Móveis e utensílios	8,00%
Veículos	5,83%

**Brito:**

	Taxa de depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,02%
Máquinas e equipamentos	6,20%
Veículos	7,00%
Instalações	7,26%
Móveis e utensílios	16,30%

**Pacífico:**

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33%
Estruturas civis	2,64%
Máquinas e equipamentos	2,63%
Equipamentos de informática	8,79%
Equipamentos geradores de energia	3,78%
Móveis e utensílios	7,21%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Areal:**

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	8,73%
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,68%
Máquinas e equipamentos	12,02%
Equipamentos de informática	15,32%
Equipamentos geradores de energia	5,31%
Móveis e utensílios	6,60%

**BEI:**

	Taxa de depreciação
Equipamento de informática	19,41%
Instalações	4,88%
Máquinas e equipamentos	8,77%
Equipamentos de processamento de dados	8,45%
Móveis e utensílios	4,90%
Software ROP	10,00%
Software em geral	20,00%

**m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

**n) Intangível****Custo do intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflète o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Repactuação do risco hidrológico**

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynard) e Congonhal I e Paes Leme (GESM) detentoras de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso das PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.016. No caso das PCH's Congonhal I e Paes Leme, o prazo de extensão foi de 795 e 736 dias respectivamente. A GESM reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 16.467, em 16 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 2.436.

**o) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

**p) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**q) Imposto de renda e contribuição social**

A Controladora NEC Operações e Participações em Energia Ltda., e suas controladas Vila Real, BEI, Arenal, Nec Geração e Sul de Minas são optantes pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real. As demais investidas e controladas são apuradas pelo lucro presumido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**r) Tributos correntes**

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

**s) Tributos diferidos**

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**t) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- i) identificação do contrato com o cliente;
- ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- iii) determinação do preço da transação;
- iv) alocação do preço da transação; e por fim,
- v) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

As receitas do Grupo se dividem em:

- i) **Geração de energia:** As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.
- ii) **Operação remota de usinas:** Prestação de serviço pela BEI referente a operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica.
- iii) **Receitas financeiras:** As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva.

**3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025**

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)**

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

**Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas**

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo.

**3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025**

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

**IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros**

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2026. O Grupo está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1o de janeiro de 2026.

**3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e estimativas críticas adotadas pela Administração, e que apresentam impacto relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

**a) Vida útil dos bens do imobilizado**

As vidas úteis econômicas dos bens do imobilizado, notadamente máquinas, equipamentos e instalações vinculadas às usinas de geração, são definidas com base em laudos técnicos, histórico de utilização e práticas do setor de energia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12.

Alterações relevantes nessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**b) Estimativas relacionadas à receita e à energia não faturada**

O reconhecimento da receita de geração de energia, incluindo a parcela de energia gerada e ainda não faturada na data-base, envolve estimativas relacionadas ao volume de energia entregue, preços contratuais e critérios de medição, conforme descrito nas Nota Explicativa nº 5 e nº 23.

A Administração entende que não há histórico de perdas relevantes associadas aos valores registrados como receita não faturada.

**c) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	10	7	509	690
Aplicações financeiras (i)	5.694	5.556	26.841	32.273
<b>Total</b>	<b>5.704</b>	<b>5.563</b>	<b>27.350</b>	<b>32.963</b>

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor, são remuneradas a taxas de mercado de 96,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2024).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Contas a receber**

O saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes <b>(i)</b>	1.190	2.248
Clientes não faturados <b>(ii)</b>	5.063	6.689
<b>Total</b>	<b>6.253</b>	<b>8.937</b>
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(231)	(94)
<b>Total</b>	<b>6.022</b>	<b>8.843</b>

**(i)** A redução em 2025 da rubrica de “Contas a receber de clientes”, é decorrente, principalmente, da antecipação de recebimentos que estavam originalmente previstos para janeiro de 2026 e foram liquidados em dezembro de 2025. Tal movimentação ocorreu na controlada BEI, impactando o saldo dessa rubrica na data-base das demonstrações contábeis consolidadas.

**(ii)** O saldo de “Clientes não faturados”, refere-se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2025, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

A movimentação da perda de créditos esperadas está apresentada a seguir:

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>(94)</b>	<b>(347)</b>
Provisão constituída <b>(i)</b>	(137)	(55)
Baixas - títulos não liquidados	-	308
<b>Saldo final</b>	<b>(231)</b>	<b>(94)</b>

O Grupo mantém uma perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, visando refletir de maneira apropriada o risco de não recuperação das contas a receber. A perda é constituída com base no saldo de contas a receber de títulos vencidos acima de 90 dias, e nos critérios de análise de risco de crédito.

**(i)** O aumento da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) refere-se à controlada BEI e decorre, principalmente, de contratos que se encontram com restrições de recebimento e em processo de negociação, o que demandou a reavaliação do risco de crédito e o reforço da perda no período.

A seguir, apresentamos os saldos segregados por faixa de vencimento:

Aging list	Saldo em 31/12/2025	%	Saldo em 31/12/2024	%
<b>A vencer</b>	<b>5.696</b>	<b>91%</b>	<b>8.597</b>	<b>96%</b>
Vencidos até 30 dias	247	4%	190	2%
Vencidos entre 31 e 60 dias	79	1%	56	1%
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	0%	-	0%
Vencidos entre 91 e 180 dias	-	0%	-	0%
Vencidos a mais de 180 dias	231	4%	94	1%
<b>Total</b>	<b>6.253</b>	<b>100%</b>	<b>8.937</b>	<b>100%</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Adiantamentos concedidos**

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores <b>(i)</b>	223	3.232
Adiantamentos salariais	1	-
Adiantamento de férias	74	67
Adiantamentos para viagens	12	16
<b>Total</b>	<b>310</b>	<b>3.315</b>

**(i)** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, observou-se uma redução significativa no saldo de adiantamento de fornecedor, em comparação ao exercício anterior, em razão da conclusão das obras da usina de BRC na empresa da Maynard.

Com a finalização das etapas contratuais e consequente liquidação dos adiantamentos realizados, os valores foram devidamente registrados no ativo imobilizado, conforme a natureza dos bens e serviços efetivamente incorporados.

**7. Impostos a recuperar**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRRJ e IRRF a compensar <b>(i)</b>	1.438	849
CSLL a compensar <b>(i)</b>	694	421
PIS a recuperar	32	118
Cofins a recuperar	147	74
ICMS a recuperar <b>(ii)</b>	1.296	22
Outros impostos a recuperar	92	117
<b>Total</b>	<b>3.699</b>	<b>1.601</b>

**(i)** A rubrica Impostos a recuperar, registrada no ativo circulante, refere-se a antecipações, recolhimentos por estimativa e tributos retidos na fonte, apurados conforme o regime do Lucro Real e compensados na apuração anual do IRPJ e da CSLL.

A variação no período decorre, principalmente, dos recolhimentos por estimativa realizados pelas empresas NEC Geração e BEI, que resultaram em pagamentos a maior. Em 2025, foram apurados saldos negativos de IRPJ no montante aproximado de R\$ 514 e de CSLL de aproximadamente R\$ 269, incluindo valores retidos na fonte não compensados ao longo do exercício, os quais deverão ser utilizados em 2026 por meio de compensações com tributos, conforme a legislação tributária vigente.

**(ii)** O aumento dos créditos de ICMS é decorrente da aquisição de energia elétrica para revenda que se referem às operações realizadas pela NEC Geração Energias Renováveis Ltda., que adquire energia elétrica para comercialização. Parte dessas operações está sujeita à incidência normal do ICMS, não se enquadrando nas hipóteses de isenção, diferimento ou suspensão do referido imposto. Os créditos de ICMS registrados decorrem do princípio da não cumulatividade e são passíveis de compensação com débitos futuros do mesmo imposto, em conformidade com a legislação tributária vigente.

**8. Lucros a receber**

Em 29 de dezembro de 2025, os sócios da Energia Limpa Participações Ltda deliberaram pela distribuição de lucros, com base no saldo das contas do resultado do exercício e de lucros acumulados nos exercícios anteriores, no valor de R\$ 5.700, de forma proporcional à participação dos sócios no capital social da Sociedade.

A Nec Operações e Participações em Energia Ltda, detém 70% de participação e, portanto, receberá R\$ 3.290.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos declarados deverão ser pagos, em favor dos sócios da Sociedade durante os anos de 2026, 2027 e 2028, observadas a disponibilidade de caixa da Sociedade em tais exercícios sociais, bem como a data limite para pagamento correspondente ao dia 31 de dezembro de 2028, nos termos da Lei n.º 15.270/2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia Limpa Participações Ltda.	3.290	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.290</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**9. Outros ativos**

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	359	1.003
Despesas antecipadas	7	-
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>1.003</b>

Verifica-se redução na rubrica de “seguros a apropriar”, uma vez que a renovação das apólices se encontra em fase de negociação para o exercício de 2026, não tendo sido concluída até a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**10. Partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são registradas considerando as condições acordadas entre as partes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante - Operacional</b>				
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	-	130
GESM-Geração de Energia Sul de Minas S.A.	-	-	-	12
Brito Energética Ltda.	-	-	-	27
NEC Energia e Participações S.A.	-	-	49	-
Aton Energias Renováveis Ltda.	-	-	16	-
Piumhi Energias Renováveis	-	-	27	-
UFV Mozart SPE Ltda.	-	-	16	6
Triade Energias Renováveis Ltda.	-	-	20	-
Rio Preto Energias Renováveis Ltda.	-	-	16	97
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	-	-	18	-
Sócios não controladores	-	-	124	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>286</b>	<b>272</b>
<b>Ativo não circulante - Mútuo</b>				
CEI Energética Integrada Ltda.	-	-	4.264	4.221
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.264</b>	<b>4.221</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.550</b>	<b>4.493</b>
<b>Passivo não circulante - Operacional</b>				
Areal Energias Renováveis Ltda.	5.373	3.156	-	8
NEC Energia e Participações Ltda.	-	-	-	2.027
Vila Real Energia S.A.	-	-	-	30
Maynart Energética Ltda.	-	-	-	54

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	-	-	-	30
Triade Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	6
Rio Novo Energias Renováveis Ltda.	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>5.373</b>	<b>3.156</b>	-	<b>2.160</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.898</b>	<b>3.156</b>	-	<b>2.160</b>
<b>Resultado</b>				
NEC Energia e Participações Ltda. <b>(i)</b>	-	-	(16.650)	(15.562)
<b>Total do Resultado</b>	-	-	<b>(16.650)</b>	<b>(15.562)</b>

**(i)** Os valores tratam de rateio do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. Investimentos****a) O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:**

Controladora	GESM												Sul de Minas Participações em Energia SA. (j)	Total
	Arenal Participações S.A.	BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	Brito Energética Ltda.	Energia Limpa Participações	Geração de Energia Sul de Minas S.A.	Itacolomi Participações S.A.	Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	Vila Real Energia S.A.	Areal Energias Renováveis Ltda.	Polaris Participações Ltda.	NEC Geração de Energias Renováveis Ltda.			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>17.157</b>	<b>5.566</b>	<b>17.150</b>	<b>9.141</b>	<b>17.315</b>	<b>54.900</b>	<b>22.023</b>	<b>5.940</b>	<b>20.410</b>	<b>43.332</b>	-	-	<b>212.934</b>	
(+) Aquisição de negócios	3.741	-	-	-	-	-	-	-	-	1.929	55	246	<b>5.971</b>	
(+ / -) Perda ou ganho de participações	2.800	-	-	-	-	-	(11.279)	-	-	(2.799)	11.280	-	<b>2</b>	
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	(1.668)	2.956	3.156	(170)	1.799	5.015	1.509	543	(442)	(448)	467	(4)	<b>12.713</b>	
(+ / -) Amortização de mais valia	-	-	(132)	-	-	-	2	-	-	-	-	-	<b>(130)</b>	
(-) Lucros recebidos	-	(125)	(1.600)	(560)	(527)	(9.239)	(510)	(1.000)	(401)	(1.468)	(490)	-	<b>(15.920)</b>	
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	<b>(1)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22.030</b>	<b>8.397</b>	<b>18.574</b>	<b>8.411</b>	<b>18.587</b>	<b>50.675</b>	<b>11.745</b>	<b>5.483</b>	<b>19.567</b>	<b>40.546</b>	<b>11.312</b>	<b>242</b>	<b>215.569</b>	
(+ / -) Perda ou ganho de participações	-	-	-	-	(18.587)	-	-	-	-	-	-	18.098	<b>(489)</b>	
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	305	1.579	4.947	1.396	5.763	2.296	624	1.417	2.342	2.171	2.962	-	<b>25.802</b>	
(+ / -) Amortização de mais valia	-	-	(132)	-	-	-	2	-	-	-	-	-	<b>(130)</b>	
(-) Lucros recebidos	-	(2.248)	(3.284)	(1.050)	(5.074)	(1.785)	(549)	(1.300)	(1.791)	(843)	(2.796)	-	<b>(20.720)</b>	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	GSM Geração de Energia												Sul de Minas Participaçõ es em Energia SA. (i)	Total
	Arenal Participaçõ es S.A.	BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	Brito Energética Ltda.	Energia Limpa Participações	Minas S.A.	Itacolomi Participações S.A.	Pacífico Mascarenh as Energética Ltda.	Vila Real Energia S.A.	Areal Energias Renováveis Ltda.	Polaris Participações Ltda.	NEC Geração Energias Renováv eis Ltda.	Minas Participaçõ es em Energia SA. (i)		
(-) Lucros declarados	-	-	-	(3.290)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.290)
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>22.335</b>	<b>7.728</b>	<b>20.105</b>	<b>5.467</b>	<b>-</b>	<b>51.363</b>	<b>12.258</b>	<b>5.558</b>	<b>19.684</b>	<b>41.097</b>	<b>12.640</b>	<b>18.506</b>	<b>216.741</b>	

(i) Em 28 de abril de 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A. incorporou as ações de emissão da GSM Geração de Energia Sul de Minas S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Costa Rica Energética Ltda.	12.186	12.876
Costa Rica Energética Ltda. - Mais Valia	40.310	44.789
<b>Total</b>	<b>52.496</b>	<b>57.665</b>

A participação de 51% na controlada em conjunto, Costa Rica Energética Ltda., foi adquirida em 06 de setembro de 2018. A Costa Rica tem por objeto a geração de energia elétrica de origem hidráulica como produtor independente de energia.

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>62.665</b>
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	3.066
(+/-) Resultado com distribuição desproporcional	(198)
(-) Amortização de mais valia	(5.425)
(-) Lucros recebidos	(2.443)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>57.665</b>
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	5.929
(+/-) Resultado com distribuição desproporcional	99
(-) Amortização de mais valia	(4.479)
(-) Lucros recebidos	(6.718)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>52.496</b>

**b) O quadro abaixo apresenta o saldo de investimento a partir do Patrimônio Líquido das investidas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Participação %	PL	Saldo	Participação %	PL	Saldo
<b>Controladas diretas</b>						
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda.	100,00%	7.728	<b>7.728</b>	100,00%	8.398	<b>8.398</b>
Brito Energética Ltda.	100,00%	17.225	<b>17.225</b>	100,00%	15.562	<b>15.562</b>
Brito mais valia	0,00%	-	<b>2.880</b>	0,00%	-	<b>3.012</b>
Energia Limpa Participações Ltda.	70,00%	7.811	<b>5.468</b>	70,00%	12.016	<b>8.411</b>
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda.	51,00%	24.057	<b>12.269</b>	51,00%	23.054	<b>11.758</b>
Pacífico Mascarenhas menos valia	0,00%	-	<b>(11)</b>	0,00%	-	<b>(13)</b>
Areal Energias Renováveis Ltda.	100,00%	19.684	<b>19.684</b>	100,00%	19.567	<b>19.567</b>
Itacolomi Participações S.A.	73,9131%	69.493	<b>51.364</b>	73,91%	68.561	<b>50.673</b>
Polaris Participações Ltda.	100,00%	41.007	<b>41.097</b>	100,00%	40.456	<b>40.456</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Participação %	PL	Saldo	Participação %	PL	Saldo
Sul de Minas Participações em Energia S.A.	61,70%	29.994	<b>18.506</b>	100,00%	242	<b>242</b>
NEC Geração de Energias Renováveis Ltda.	100,00%	12.639	<b>12.639</b>	100,00%	11.334	<b>11.334</b>
<b>Total das controladas diretas</b>		<b>230.287</b>	<b>188.849.</b>	-	<b>199.190</b>	<b>169.400</b>
<b>Controladas indiretas</b>						
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	0,00%	-	-	57,00%	32.609	<b>18.587</b>
Vila Real Energia S.A.	5,00%	111.164	<b>5.558</b>	5,00%	109.667	<b>5.483</b>
Arenal Participações S.A.	49,42%	45.196	<b>22.334</b>	49,42%	44.579	<b>22.099</b>
<b>Total das controladas indiretas</b>		<b>156.360</b>	<b>27.892</b>		<b>186.855</b>	<b>46.169</b>
<b>Total investimento</b>		<b>386.647</b>	<b>216.741</b>		<b>386.045</b>	<b>215.569</b>

Empresa	31 de dezembro de 2025					
	Participação %	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	23.894	<b>12.186</b>	61.076	(20.766)	<b>52.496</b>
<b>Total investimento</b>		<b>23.894</b>	<b>12.186</b>	<b>61.076</b>	<b>(20.766)</b>	<b>52.496</b>

Empresa	31 de dezembro de 2024					
	Participação %	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.247	<b>12.876</b>	67.862	(23.073)	<b>57.665</b>
<b>Total investimento</b>		<b>25.247</b>	<b>12.876</b>	<b>67.862</b>	<b>(23.073)</b>	<b>57.665</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das investidas, estão apresentadas a seguir:**

Sociedade	Participação %	31 de dezembro de 2025 (controladora)					Resultado do MEP das investidas diretas
		Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	
<b>Controladas diretas</b>							
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda	100,00%	12.232	4.504	7.728	1.578	7.728	1.579
Brito Energética Ltda	100,00%	18.109	884	17.225	4.947	20.105	4.947
Energia Limpa Participações Ltda	70,00%	14.947	7.136	7.811	1.995	5.468	1.396
Pacífico Mascarenhas Energética Ltda	51,00%	24.777	720	24.057	4.502	12.258	2.296
Areal Energias Renováveis Ltda	100,00%	20.373	364	19.684	1.417	19.684	1.417
Itacolomi Participações S.A.	73,91%	69.496	3	69.493	7.797	51.364	5.763
Polaris Participações Ltda.	100,00%	41.010	3	41.007	2.342	41.097	2.342
Sul de Minas Participações em Energia SA.	61,70%	30.321	3	29.994	3.664	18.506	2.201
NEC Geração de Energias Renováveis Ltda	100,00%	13.978	1.339	12.639	2.171	12.639	2.171
<b>Total investimento direto</b>		<b>245.243</b>	<b>14.956</b>	<b>230.287</b>	<b>30.413</b>	<b>188.849</b>	<b>24.112</b>
<b>Controladas indiretas</b>							
GESM - Geração de Energia Sul de Minas S.A.	0,00%	-	-	-	-	-	761
Vila Real Energia S.A.	5,00%	111.180	16	111.164	12.483	5.558	624
Arenal Participações S.A.	49,42%	58.323	13.127	45.196	617	22.334	305
<b>Total investimento indireto</b>		<b>169.503</b>	<b>13.143</b>	<b>156.360</b>	<b>13.100</b>	<b>27.892</b>	<b>1.690</b>
<b>Total investimento</b>		<b>414.746</b>	<b>28.099</b>	<b>386.647</b>	<b>43.513</b>	<b>216.741</b>	<b>25.802</b>

(i) Até 27 de abril de 2025, a GESM Geração de Energia Sul de Minas S.A. era controlada direta da NEC Operações, período no qual foi reconhecida equivalência patrimonial no montante de R\$ 761. Em 28 de abril de 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A. incorporou as ações de emissão da GESM Geração de Energia Sul de Minas S.A., passando está a integrar a estrutura societária da NEC Operações como controlada indireta, a partir dessa data.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2025 (consolidado)							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.477	1.583	23.894	11.646	52.496	5.929
<b>Total investimento</b>		<b>25.477</b>	<b>1.583</b>	<b>23.894</b>	<b>11.646</b>	<b>52.496</b>	<b>5.929</b>

31 de dezembro de 2024 (consolidado)							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.149	902	25.247	6.011	57.665	3.066
<b>Total investimento</b>		<b>26.149</b>	<b>902</b>	<b>25.247</b>	<b>6.011</b>	<b>57.665</b>	<b>3.066</b>

**12. Imobilizado**

a) Movimentação do ativo imobilizado consolidado nos exercícios de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Reclassificação (1)	Saldo em 31/12/2025
<b>Custo</b>						
Terrenos	41.906	52	-	-	-	41.958
Terrenos Avaliação Patrimonial	51	-	-	-	-	51
Reservatórios, Barragens e Adutoras	45.623	-	-	192	-	45.815
Estruturas Cívicas - Usinas	19.986	-	-	16	-	20.002
Equipamentos Geradores de Energia	78.666	-	-	12.116	-	90.782
Equipamentos de Informática	858	65	-	61	-	984
Máquinas e equipamentos	74.049	241	-	7.085	-	81.375
Instalações	6.736	-	-	3	-	6.739
Móveis e utensílios	483	25	-	17	-	525
Veículos	87	10	-	-	-	97
Edificações / benfeitorias	43.052	-	-	5.163	-	48.215
Ferramentas	1	3	-	-	-	4
Concessões e Direitos						
Minerários - VOC	298	-	-	-	-	298
Imobilizado em andamento	16.378	16.753	(286)	(24.653)	(1.389)	6.803
<b>Total do custo</b>	<b>328.174</b>	<b>17.149</b>	<b>(286)</b>	<b>-</b>	<b>(1.389)</b>	<b>343.648</b>
<b>Depreciação</b>						
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(15.389)	(2.104)	-	-	-	(17.493)
Estruturas Cívicas - Usinas	(5.117)	(1.111)	-	-	-	(6.228)
Equipamentos Geradores de Energia	(25.347)	(3.688)	-	-	-	(29.035)
Equipamentos de Informática	(3.612)	(107)	-	-	-	(3.719)
Máquinas e equipamentos	(18.734)	(6.762)	-	-	-	(25.496)
Instalações	(1.204)	(385)	-	-	-	(1.589)
Móveis e utensílios	(416)	(21)	-	-	-	(437)
Veículos	(81)	(1)	-	-	-	(82)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	Reclassificação (i)	31/12/2025
Edificações / benfeitorias	<b>(38.867)</b>	(2.355)	-	-	-	<b>(41.222)</b>
<b>Total da depreciação acumulada (i)</b>	<b>(108.767)</b>	<b>(16.534)</b>	-	-	-	<b>(125.301)</b>
<b>Total do imobilizado líquido (ii)</b>	<b>219.407</b>	<b>615</b>	<b>(286)</b>	-	<b>(1.389)</b>	<b>218.347</b>

(i) O montante de R\$1.389, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados e/ou reclassificados para o ativo intangível nas empresas do Grupo, após atingirem a condição de disponibilidade para uso, em conformidade com a política contábil adotada.

Desse total, R\$ 1.059 referem-se à ativação do projeto BEI ROP na controlada BEI, uma plataforma web voltada ao monitoramento e à gestão de usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de até 5 MW, oferecem funcionalidades de monitoramento operacional, gestão de manutenção, otimização de performance e suporte à tomada de decisão.

O montante de R\$ 240, referente à empresa controlada Sul de Minas, corresponde à reclassificação contábil de valores anteriormente registrados como imobilizado em andamento para o ativo intangível, relacionados a projeto de usina de geração de energia, não representando a conclusão de um projeto de software, mas apenas a alteração de classificação contábil conforme a política do Grupo.

Adicionalmente, R\$90 referem-se à ativação de licenças do software Redefine, anteriormente classificadas como imobilizado em andamento e transferidas para o ativo intangível quando disponibilizadas para uso operacional. O Redefine é utilizado pelo Grupo para suporte a processos operacionais e de engenharia, contribuindo para a gestão técnica dos ativos de geração e melhoria da eficiência operacional.

Os custos foram capitalizados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, por representarem projetos com benefícios econômicos futuros prováveis e mensuração confiável, sendo transferidos para o intangível quando os ativos se tornaram disponíveis para uso.

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	<b>46.105</b>	10	(4.158)	(51)	<b>41.906</b>
Terrenos avaliação patrimonial	-	-	-	51	<b>51</b>
Reservatórios, Barragens e Adutoras	<b>20.258</b>	559	-	24.806	<b>45.623</b>
Estruturas Cíveis - Usinas	<b>19.827</b>	-	-	159	<b>19.986</b>
Equipamentos Geradores de Energia	<b>56.822</b>	263	(2.085)	23.666	<b>78.666</b>
Equipamentos de Informática	<b>749</b>	14	-	95	<b>858</b>
Máquinas e equipamentos	<b>96.536</b>	2.056	-	(24.543)	<b>74.049</b>
Instalações	<b>7.403</b>	-	-	(667)	<b>6.736</b>
Equipamentos eletrônicos	<b>84</b>	-	-	(84)	-
Móveis e utensílios	<b>469</b>	10	-	4	<b>483</b>
Veículos	<b>89</b>	-	-	(2)	<b>87</b>
Edificações / benfeitorias	<b>61.414</b>	-	-	(18.362)	<b>43.052</b>
Ferramentas	<b>228</b>	-	-	(227)	<b>1</b>
Concessões e Direitos Minerários - VOC	<b>297</b>	-	-	1	<b>298</b>
Imobilizado em andamento	<b>11.066</b>	11.337	(105)	(5.920)	<b>16.378</b>
<b>Total do custo</b>	<b>321.347</b>	<b>14.249</b>	<b>(6.348)</b>	<b>(1.074)</b>	<b>328.174</b>
Reservatórios, Barragens e Adutoras	<b>(3.666)</b>	(1.544)	-	(10.179)	<b>(15.389)</b>
Estruturas Cíveis - Usinas	<b>(3.938)</b>	(701)	-	(478)	<b>(5.117)</b>
Equipamentos Geradores de Energia	<b>(18.924)</b>	(2.809)	987	(4.601)	<b>(25.347)</b>
Equipamentos de Informática	<b>(468)</b>	(111)	-	(3.033)	<b>(3.612)</b>
Máquinas e equipamentos	<b>(24.217)</b>	(4.468)	-	9.951	<b>(18.734)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Instalações	(1.145)	(274)	-	215	(1.204)
Equipamentos eletrônicos	(32)	(5)	-	37	-
Móveis e utensílios	(396)	(20)	-	-	(416)
Veículos	(81)	(2)	-	2	(81)
Edificações / benfeitorias	(42.473)	(5.496)	-	9.102	(38.867)
Ferramentas	(33)	(25)	-	58	-
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(95.373)</b>	<b>(15.455)</b>	<b>987</b>	<b>1.074</b>	<b>(108.767)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>225.974</b>	<b>(1.206)</b>	<b>(5.361)</b>	<b>-</b>	<b>219.407</b>

(i) No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

Ressalta-se que o exercício de 2025 foi o primeiro período em que a nova taxa de depreciação passou a ser aplicada de forma integral ao longo de todo o ano, refletindo plenamente as premissas técnicas revisadas a partir do estudo realizado em 2024.

**13. Intangível**

a) Movimentação do intangível consolidado nos exercícios de 2025 e 2024:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações (i)	Saldo em 31/12/2025
Softwares (i)	598	17	-	1.149	1.764
Servidões	100	-	-	-	100
Repactuação do Risco Hidrológico (ii)	4.016	2.436	-	-	6.452
Projetos (i)	-	27	(244)	240	23
<b>Total do custo</b>	<b>4.714</b>	<b>2.480</b>	<b>(244)</b>	<b>1.389</b>	<b>8.339</b>
(-) Software	(417)	(319)	-	-	(736)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(442)	(482)	-	-	(924)
<b>Total da amortização acumulada</b>	<b>(859)</b>	<b>(801)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.660)</b>
<b>Total do intangível líquido (i)</b>	<b>3.855</b>	<b>1.679</b>	<b>(244)</b>	<b>1.389</b>	<b>6.679</b>

(i) O montante de R\$1.389, registrado no consolidado na rubrica de transferências, refere-se a valores anteriormente classificados como imobilizado em andamento, que foram ativados e/ou reclassificados para o ativo intangível nas empresas do Grupo, após atingirem a condição de disponibilidade para uso, em conformidade com a política contábil adotada.

Desse total, R\$ 1.059 referem-se à ativação do projeto BEI ROP na controlada BEI, uma plataforma web voltada ao monitoramento e à gestão de usinas fotovoltaicas com capacidade instalada de até 5 MW, oferecem funcionalidades de monitoramento operacional, gestão de manutenção, otimização de performance e suporte à tomada de decisão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2025, o valor de R\$240 anteriormente registrados como Imobilizado em andamento foram reclassificados para o Ativo Intangível, em conformidade com a política contábil do Grupo. Tais registros estavam relacionados ao projeto de Sapucaí de Guanhães, uma usina de geração de energia, e no mesmo exercício em decorrência da descontinuidade do projeto Sapucaí de Guanhães, foi realizada a baixa integral dos valores registrados no Ativo Intangível, não havendo expectativa de geração de benefícios econômicos futuros associados a esse projeto.

Adicionalmente, o montante de R\$90 refere-se à ativação de licenças do software Redefine, anteriormente classificadas como Imobilizado em Andamento e transferidas para o Ativo Intangível quando disponibilizadas para uso operacional. O Redefine é utilizado pelo Grupo no suporte a processos operacionais e de engenharia, contribuindo para a gestão técnica dos ativos de geração e para a melhoria da eficiência operacional.

**(ii)** Nos termos da Lei no 13.203/2015, a adesão à repactuação do risco hidrológico conferiu às PCHs do Grupo o direito à extensão do prazo das outorgas de geração, conforme parâmetros definidos pela ANEEL. Em decorrência dessa adesão, as PCHs Furquim e Fumaça usinas da controlada Maynard tornaram-se elegíveis a extensões de 598 dias e 571 dias, correspondentes aos valores de R\$1.308 e R\$2.708, respectivamente, enquanto as usinas da GESM, PCHs Paes Leme e Congonhal I tornaram-se elegíveis a extensões de 736 dias e 795 dias, correspondentes aos valores de R\$ 1.318 e R\$ 1.118, respectivamente.

Após as decisões finais da ANEEL, formalizadas por meio das Resoluções Normativa no 1.035/2022 e Autorizativa no 14.896/2023, a Administração reconheceu o benefício econômico futuro decorrente da extensão das outorgas como ativo intangível, classificado como “Direito de Extensão da Concessão”, mensurado ao valor justo, em conformidade com o CPC 04, aplicado por analogia, e com o CPC 23.

Em função disso, foi reconhecido ativo intangível no montante de R\$4.016 no exercício de 2023, referente à Maynard, e de R\$2.436 no exercício de 2025, referente à GESM, valores estes definidos e disponibilizados pela ANEEL, os quais resultaram na extensão dos prazos das outorgas respectivamente. A amortização do ativo intangível ocorrerá ao longo do prazo adicional de concessão.

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Softwares	588	10	598
Serviços	100	-	100
Repactuação do Risco Hidrológico	4.016	-	4.016
<b>Total do custo</b>	<b>4.704</b>	<b>10</b>	<b>4.714</b>
(-) Software	(320)	(97)	(417)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	(88)	(354)	(442)
<b>Total da amortização acumulada</b>	<b>(408)</b>	<b>(451)</b>	<b>(859)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>	<b>4.296</b>	<b>(442)</b>	<b>3.855</b>

**14. Fornecedores**

O saldo dos fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de produtos e serviços <b>(i)</b>	14	14	3.352	6.606
Fornecedor - Não faturados <b>(ii)</b>	-	-	225	1.105
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>3.577</b>	<b>7.711</b>

**(i)** A redução da rubrica de fornecedores decorreu, principalmente, da finalização das obras da usina de BRC na empresa da Maynard no exercício de 2025, o que resultou na diminuição das obrigações relacionadas à aquisição de bens e serviços vinculados ao projeto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) O saldo de fornecedores é substancialmente composto pela provisão de compras de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base janeiro de 2026, porém faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

## 15. Empréstimos e financiamentos

O saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional		
Cédula de Crédito Bancário - CCB (i) (ii)	-	5.059
FINAME	1.176	1.711
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>6.770</b>
Encargos sobre empréstimos		
(-) IOF sobre Empréstimos Bancários	-	(137)
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>6.633</b>
Circulante	579	5.486
<b>Não circulante</b>	<b>597</b>	<b>1.147</b>

A seguir estão os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos reconhecidos e as movimentações durante os exercícios:

Empresa	Modalidade	Taxa de juros	Vencimento	Moeda	Valor contratado	Valor	
						31/12/2025	31/12/2024
Energia Limpa	Finame - Hacker	TJLP + 5,6% a.a.	15/12/2027	R\$	2.805	725	1.060
Energia Limpa	Finame - Automatic	TJLP + 5,6% a.a.	15/01/2028	R\$	1.734	451	651
Brito	CCB	CDI (0,93 a.m) + 3,25% a.a	06/08/2025	R\$	14.000	-	1.370
Arenal	CCB	CDI (0,93 a.m) + 3% a.a	08/08/2025	R\$	3.500	-	3.552
<b>Total</b>						<b>1.176</b>	<b>6.633</b>

### a) Banco Santander - investida Energia Limpa

Em 2018, a Energia Limpa contratou os FINAME's Hacker e Automatic, ambos juntos ao Banco Santander para construção de máquinas e equipamentos para Nova Ponte Queimada em 102 parcelas a taxa de juros de TJLP + 5,6% a.a. e com garantia de alienação fiduciária dos equipamentos e direitos creditórios.

Os contratos possuem uma cláusula contratual restritiva financeira ("covenant"), que, em caso de descumprimento, podem resultar em vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração realizou a análise dos covenants dos contratos de empréstimos e financiamentos e ficou constatado que os indicadores das cláusulas restritivas foram atingidos sem quaisquer objeções.

### b) Banco Itaú - investida Brito

Em 29 de agosto de 2018, a controlada Brito Energética contraiu empréstimo no valor de R\$14.000 (quatorze milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição da usina de Ituerê. O empréstimo foi dividido em 81 parcelas a taxa de juros de CDI + 3,25% a.a.

A Brito realizou a liquidação do empréstimo no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Banco Itaú - investida Arenal**

Em 2018, a controlada Arenal contraiu empréstimo no valor de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) junto ao Banco Itaú S.A. Tal empréstimo teve como principal objetivo a aquisição de participação societária da usina de Costa Rica. O empréstimo foi dividido em 78 parcelas a taxa de juros de CDI + 4,21% a.a.

O contrato contém cláusula contratual restritiva (“covenants”) que estabelece que a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA deverá ser menor ou igual a 2,5x para 2022 e 2,0 para o período de 2023 até a liquidação do contrato, a ser apurado anualmente. Adicionalmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), deverá ser maior que 1,2 até integral liquidação da dívida assumida junto ao banco, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido, motivo pelo qual, os saldos estão sendo apresentados integralmente no passivo circulante.

O contrato prevê como formas de garantia a Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Fiança em caso de descumprimento.

A Arenal realizou a liquidação do empréstimo no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos está apresentada no quadro abaixo:

Empresa	31/12/2024	(+ ) Juros		(-) Juros		Taxas/despesas		31/12/2025
		provisionados	Amortização	pagos	IOF	financeiras		
Finame	1.711	195	(527)	(203)	-	-	-	1.176
Cédula de crédito bancário - CCB	4.922	97	(5.028)	(95)	90	14	-	-
<b>Total</b>	<b>6.633</b>	<b>292</b>	<b>(5.555)</b>	<b>(298)</b>	<b>90</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1.176</b>

Empresa	31/12/2023	(+ ) Juros		(-) Juros		IOF	31/12/2024
		provisionados	Amortização	pagos	IOF		
Finame	2.257	229	(540)	(235)	-	-	1.711
Cédula de crédito bancário - CCB	13.806	663	(8.476)	(1.208)	137	-	4.922
<b>Total</b>	<b>16.063</b>	<b>892</b>	<b>(9.016)</b>	<b>(1.443)</b>	<b>137</b>	<b>137</b>	<b>6.633</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura do saldo de empréstimos e financiamentos está conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	5.486
2026	579	527
2027 em diante	597	620
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>6.633</b>

**16. Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ (i)	4	6	414	1.075
CSLL (i)	3	4	320	488
PIS	-	1	47	50
Cofins	3	2	216	235
CPRB	-	-	95	136
ICMS (ii)	-	-	866	19
ISS	-	-	27	31
Tributos retidos na fonte	-	-	91	76
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>2.076</b>	<b>2.110</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i)** Em 2024, a Controlada Maynard concluiu a venda de 433,1377 hectares de terrenos localizados no município de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia – Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal – Gleba 1.

Em decorrência dessa operação, houve o reconhecimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre o ganho na alienação do ativo, com aumento da obrigação tributária registrada no passivo em 2024. No exercício de 2025, observou-se a redução do saldo dessa rubrica, em função da quitação dos referidos tributos.

**(ii)** A controlada Maynard é beneficiária do Regime Especial e-PTA no 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2º, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela empresa.

Nos termos do §1º do Artigo 2º do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015.

Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3º do Artigo 2º do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11º ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%.

Dessa forma, a empresa reconheceu, nas demonstrações contábeis de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

**17. Obrigações sociais**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.097	1.059
Provisão de férias	1.716	1.621
FGTS a pagar	166	156
INSS a pagar	311	228
IRRF sobre folha de pagamento	334	311
Encargos sociais sobre férias	409	321
Outras obrigações sociais	40	3
<b>Total</b>	<b>4.073</b>	<b>3.699</b>

**18. Lucros a pagar**

Em 31 de dezembro de 2025, foi instalada a reunião de sócios da Nec Operações e Participações em Energia Ltda., na qual os sócios deliberaram pela aprovação da distribuição de lucros no montante de R\$40.000, a serem distribuídos aos dois novos sócios, quais sejam, a Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V. e a CEI Participações em Projetos de Energia Ltda., conforme citado na Nota Explicativa nº 22.1 – Patrimônio Líquido.

Em 29 de dezembro de 2025, os sócios da Energia Limpa Participações Ltda deliberaram, pela distribuição de lucros, com base no saldo das contas do resultado do exercício e de lucros acumulados nos exercícios anteriores, no valor de R\$5.700, de forma proporcional à participação dos sócios no capital social da Sociedade. Desse valor R\$1.000 foram detidos pelos Sócios e foram utilizados para fins da realização de um aumento do capital social da Energia Limpa, de forma proporcional às participações dos sócios no capital social da Energia Limpa, ficando um saldo a pagar de R\$4.700.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os lucros declarados na forma acima deverão ser pagos, em favor dos sócios da Sociedade indicados na documentação arquivada na sede da Sociedade, durante os anos de 2026, 2027 e 2028, observadas a disponibilidade de caixa da Sociedade em tais exercícios sociais, bem como a data limite para pagamento correspondente ao dia 31 de dezembro de 2028.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucros a pagar	40.000	-	41.410	-
<b>Total</b>	<b>40.000</b>	<b>-</b>	<b>41.410</b>	<b>-</b>

**19. Provisões para riscos**

O Grupo é parte em ações judiciais e processos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível, ambiental e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	Saldo 31/12/2024	Adições	Atualizações	Reversões	Baixas	Saldo 31/12/2025
Trabalhistas (i)	233	621	45	(72)	(3)	824
Cíveis	114	-	-	(40)	-	74
Ambientais	46	-	1	(42)	-	5
Processos administrativos	3	-	2	-	-	5
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>621</b>	<b>48</b>	<b>(154)</b>	<b>(3)</b>	<b>908</b>

(i) O aumento dos processos classificados como perda provável na rubrica “Trabalhistas” está relacionado ao ingresso de novas reclamações trabalhistas envolvendo direitos decorrentes da relação de emprego e condições de trabalho, refletindo o andamento normal das demandas trabalhista da Companhia.

Consolidado	Saldo 31/12/2023	Adições	Saldo 31/12/2024
Trabalhistas	68	165	233
Cíveis	-	114	114
Ambientais	-	46	46
Processos administrativos	-	3	3
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>328</b>	<b>396</b>

**Riscos judiciais possíveis**

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível, trabalhista, ambiental e empresarial envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme demonstrado abaixo:

Possíveis	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	142	52
Empresarial (i)	599	-
Tributários (ii)	536	461
Trabalhistas (iii)	5.123	2.551
Ambientais (iv)	6.270	4.480
Administrativos (v)	8	-
<b>Total</b>	<b>12.678</b>	<b>7.544</b>

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(ii)** Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Ouro Preto para cobrança de créditos tributários de ITBI em sua controlada Maynard.

**(iii)** Processos de natureza trabalhistas, que envolvem, principalmente, pleitos relacionados a verbas trabalhistas e rescisórias, jornada de trabalho, adicionais legais, estabilidade provisória, bem como honorários, juros e correção monetária.

**(iv)** Trata-se de discussões na esfera administrativa, referente a auto de infrações, quanto a regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira (BRC), CGH Ribeirão e CGH Ituerê, em suas controladas respectivamente Maynard, GESM e Brito e adequações na linha de transmissão de energia elétrica existente, na área de proteção ambiental (APA) no Morro da Pedreira, em sua controlada Pacífico.

**(v)** Processos relacionadas a recolhimento de ICMS em suas controladas Maynard, Pacífico e Brito. A empresa adota entendimento formal, devidamente fundamentado em processo administrativo de natureza tributária, quanto à não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, aplicável aos períodos a partir de 1o de setembro de 2020.

A TUSD não se confunde com o fornecimento de energia elétrica, constituindo-se em tarifa pela disponibilização e uso da infraestrutura do sistema de distribuição, cuja responsabilidade pelo destaque e pelo recolhimento de eventuais tributos é atribuída à distribuidora de energia elétrica. Dessa forma, a empresa efetua o pagamento das faturas emitidas pela distribuidora exclusivamente pelos valores nelas destacados, inexistindo recolhimento de ICMS quando referido tributo não é agregado às faturas relativas à TUSD.

Ressalte-se que, em determinados períodos, a distribuidora CEMIG procedeu, de forma excepcional, ao destaque do ICMS sobre a TUSD em algumas faturas, em desconformidade com o entendimento adotado no processo administrativo mencionado. Nessas situações, a empresa adota as medidas administrativas cabíveis junto à distribuidora, visando à regularização dos valores faturados, observada a legislação tributária aplicável.

**20. Tributos diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido	797	797	27.971	29.643
CSLL diferida	287	287	10.094	10.716
PIS e Cofins diferidos	-	-	178	245
ISS	-	-	4	-
<b>Total</b>	<b>1.084</b>	<b>1.084</b>	<b>38.247</b>	<b>40.604</b>

Abaixo apresentamos a movimentação dos saldos:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	ISS	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11.258</b>	<b>31.115</b>	<b>327</b>	-	<b>42.700</b>
<b>Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior</b>	<b>(94)</b>	<b>(114)</b>	<b>(346)</b>	-	<b>(554)</b>
Edifício / Benfeitorias (Realização) <b>(i)</b>	(4.391)	(4.391)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(395)</b>	<b>(1.098)</b>	-	-	<b>(1.493)</b>
Máquinas e Equipamentos (Realização) <b>(i)</b>	(895)	(895)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(81)</b>	<b>(224)</b>	-	-	<b>(305)</b>
Realização Avaliação Patrimonial	(767)	(767)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(69)</b>	<b>(192)</b>	-	-	<b>(261)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	ISS	Total
<b>Imposto diferido sobre receita não faturada</b>	<b>72</b>	<b>85</b>			<b>157</b>
Receita não faturada		-	6.689	-	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada			3,65%		
<b>Tributos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>244</b>	<b>-</b>	<b>244</b>
Receita financeira não resgatada	279	279			-
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>25</b>	<b>70</b>			<b>95</b>
Receita financeira não resgatada	-	-	420	-	
Alíquota de PIS e Cofins sobre aplicações financeiras não resgatas			4,65%		
<b>Tributos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>
Ajuste exercício anterior	-	1		-	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.716</b>	<b>29.643</b>	<b>245</b>	<b>-</b>	<b>40.604</b>
Ajuste exercício anterior	-	7	(7)	-	-
<b>Estorno imposto diferido sobre receita não faturada ano anterior</b>	<b>(72)</b>	<b>(85)</b>	<b>(244)</b>	<b>-</b>	<b>(401)</b>
Edifício / Benfeitorias (Realização) (i)	(4.053)	(4.053)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(365)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.378)</b>
Máquinas e Equipamentos (Realização) (i)	(826)	(826)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(74)</b>	<b>(207)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(281)</b>
Realização Avaliação Patrimonial	(959)	(959)			
Alíquota	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(86)</b>	<b>(240)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(326)</b>
<b>Imposto diferido sobre receita não faturada</b>	<b>55</b>	<b>90</b>			<b>145</b>
Receita não faturada		-	5.063	89	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita não faturada			3,65%	5,00%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>184</b>	<b>4</b>	<b>188</b>
Receita financeira não resgatada	(894)	(894)			
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%			
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(80)</b>	<b>(224)</b>			<b>(304)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>10.094</b>	<b>27.971</b>	<b>178</b>	<b>4</b>	<b>38.247</b>

(i) Em 2015, foi constituída provisão referente a Imposto de Renda diferido e Contribuição Social diferida, decorrente de mais valia apurada na operação de combinação de negócio entre a Controlada Vila Real Energia S.A. e a Maynard Energética Ltda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Remuneração do pessoal chave da Administração**

Os administradores da Empresa renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Empresa ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

**22. Patrimônio líquido****22.1. Capital social**

Em 30 de dezembro, a empresa aprovou a entrada de novos sócios, sendo Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V e a sócia CEI Participações em Projetos de Energia Ltda, com a consequente subscrição de capital no montante de R\$ 20, a ser integralizado em até 60 dias conforme as condições e prazos estabelecidos em deliberação societária.

Até a data de 31 de dezembro de 2025, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o valor de R\$ 20, encontrava-se registrado como capital a integralizar. Após a efetiva integralização dos recursos, a Empresa realizará a correspondente alteração do capital social, mediante as devidas formalizações e registros societários aplicáveis.

Portanto, o capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 161.891, dividido em 161.890.840 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os sócios, conforme demonstrado:

Quotistas	Quotas	Valor unitário	Valor total	%
NEC Energia e Participações S.A.	158.716.223	R\$ 1,00	<b>158.716</b>	98,05%
CEI - Energética Integrada Ltda.	3.154.617	R\$ 1,00	<b>3.155</b>	1,93%
Nebras Netherlands Brazil Investments 1 B.V.	10.000	R\$ 1,00	<b>10</b>	0,01%
CEI Participações em Projetos de Energia Ltda.	10.000	R\$ 1,00	<b>10</b>	0,01%
<b>Total</b>	<b>161.890.840</b>		<b>161.891</b>	<b>100%</b>

**22.2. Reservas de capital**

No exercício de 2024, através da 1ª e 2ª alteração contratual da Nec Geração de Energia, a Nec Operações cedeu 8.454 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas pela única sócia da Sociedade, NEC Operações, mediante **(i)** conversão da Reserva de Capital da Sociedade, nos termos do art. 200, inciso IV, da LSA. Sendo assim, passou a ter uma Reserva de Capital de R\$8.454.

**22.3. Distribuição de lucros**

No decorrer do exercício de 2025, através da Ata de Reunião de Sócios, a Empresa deliberou, sem quaisquer ressalvas ou objeções, pela distribuição de lucros aos sócios, observando-se o saldo de lucros acumulados de exercícios anteriores, o importe de R\$37.611 e do resultado do exercício correte o importe de R\$25.595, sendo o total distribuído em 2025 o total de R\$63.206 (R\$7.192 em 2024).

Desse valor informado acima distribuído em 2025, R\$44.700 deverão ser pagos, em favor dos sócios da Sociedade indicados na documentação arquivada na sede da Sociedade, durante os anos de 2026, 2027 e 2028, observadas a disponibilidade de caixa da Sociedade em tais exercícios sociais, bem como a data limite para pagamento correspondente ao dia 31 de dezembro de 2028, sendo:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• R\$40.000 aprovados conforme reunião de sócios em 31 de dezembro, onde as sócias da Nec Operações e Participações em Energia Ltda. deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos de forma desproporcional à participação das sócias no capital social da sociedade, dos quais R\$25.595 foram deduzidos da conta do resultado do exercício social e R\$14.405 foram deduzidos da conta de lucros acumulados nos exercícios anteriores.

R\$ 4.700 aprovados conforme reunião de sócios em 29 de dezembro de 2025, onde as sócias da Energia Limpa Participações Ltda. deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos de forma proporcional à participação das sócias no capital social da sociedade, dos quais R\$1.059 foram deduzidos da conta do resultado do exercício social e R\$3.641 foram deduzidos da conta de lucros acumulados nos exercícios anteriores.

**22.4 Transações entre sócios não controladores**

No exercício de 2025, a controlada Sul de Minas Participações em Energia S.A., teve a redução de seu capital social em razão do exercício de direito de retirada do seu quadro societário de um sócio não controlador, que teve o cancelamento de suas ações e recebeu o reembolso no valor de R\$3.266. Essa operação gerou uma variação de participação na Nec Operações de R\$489.

Em 29 de dezembro os sócios da Energia Limpa Participações Ltda, aprovaram de forma unânime, aumentar o capital social da sociedade no valor de R\$ 1.000. O valor foi integralizado conforme proporção das respectivas participações dos sócios no capital da empresa, sendo R\$700 integralizado pela controladora Nec Operações e Participações em Energia Ltda. e R\$ 300 por não controladores.

Durante o exercício de 2025, ocorreram pagamentos de lucros aos quotistas minoritários das empresas Sul de Minas, Vila Real e Energia Limpa no valor de R\$ 7.401 (R\$ 7.351 em 2024).

**23. Receita operacional líquida**

O saldo da receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta operações de energia (i)	139.898	72.815
Receita bruta em serviços prestados (ii)	29.227	33.504
Receita não faturada (iii)	1.436	1.718
<b>Receita bruta</b>	<b>170.561</b>	<b>108.037</b>
(-) ICMS (iv)	(1.492)	(90)
(-) PIS / Cofins	(13.445)	(5.712)
(-) ISS	(977)	(1.126)
(-) CPRB (v)	(1.059)	(1.508)
(-) Vendas canceladas	-	(10)
<b>Deduções</b>	<b>(16.973)</b>	<b>(8.446)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>153.588</b>	<b>99.591</b>

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao GSF (Generation Scaling Factor), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da empresa, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

**(ii)** A Receita Bruta de Serviços Prestados da controlada BEI apresentou redução em 2025 em comparação a 2024, decorrente, principalmente, da desmobilização e do encerramento de contratos ao longo do exercício, bem como de reduções de escopo contratual e da evolução do cronograma físico-financeiro dos projetos.

**(iii)** O saldo de “Receita não faturada”, refere-se substancialmente a venda de energia de contratos oriundos a entregas do mês-base de dezembro de 2025, porém, faturados no mês subsequente e substancialmente liquidadas.

**(iv)** A controlada Maynart é beneficiária do Regime Especial e-PTA no 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2º, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela empresa.

Nos termos do §1º do Artigo 2º do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015.

Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3º do Artigo 2º do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11º ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%.

Dessa forma, a empresa reconheceu, nas demonstrações contábeis de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

**(v)** A redução do tributo registrado em 2025 decorre, principalmente, da diminuição da incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em razão da redução da alíquota de 4,5% para 3,6%, bem como do encerramento de alguns contratos de prestação de serviços ao longo do período.

Em contrapartida, essas alterações resultaram no incremento da incidência da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), impactando a composição dos encargos previdenciários reconhecidos nas operações da empresa.

## 24. Custo das vendas de energia e serviços prestados

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica <b>(i)</b>	(53.088)	(11.074)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.735)	(2.301)
Liquidação financeira CCEE <b>(ii)</b>	3.433	(2)
Manutenção das usinas	(371)	(542)
Custo com pessoal e encargos	(26.772)	(25.550)
Custos com serviços de terceiros	(1.712)	(1.598)
Materiais, utilidades e serviços	(9.669)	(9.441)
Serviços de telecomunicação	(418)	(418)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(137)	-
Custo com depreciação e amortização	(12.105)	(10.269)
Direito de extensão de concessão <b>(iii)</b>	2.436	-
<b>Total</b>	<b>(101.140)</b>	<b>(61.193)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i)** Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao GSF (Generation Scaling Factor), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da empresa, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

**(ii)** A liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é o processo pelo qual os valores devidos pelas transações de compra e venda de energia elétrica são efetivamente pagos ou recebidos entre os agentes do setor elétrico, como geradores, distribuidores e consumidores. Esse processo envolve a compensação das diferenças entre as quantidades de energia contratadas e as efetivamente consumidas ou geradas, de acordo com as regras do mercado.

**(iii)** O registro decorreu da adesão das PCHs Paes Leme e Congonhal I à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei no 13.203/2015, conforme regulamentação da ANEEL, a qual resultou na extensão do prazo das respectivas outorgas de geração de energia elétrica. Em função dessa concessão, e após decisão final da ANEEL, a Administração reconheceu ativo intangível referente ao direito de extensão da concessão, mensurado com base nos parâmetros definidos pela ANEEL, no montante de R\$ 2.436 qual será amortizado ao longo do prazo adicional da outorga.

## 25. Despesas administrativas, comerciais e gerais

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	-	-	(502)	(765)
Créditos previdenciários <b>(i)</b>	-	-	2.019	482
Despesa com materiais, utilidades e serviços	(15)	(23)	(654)	(950)
Serviços de terceiros	(15)	-	(1.495)	(1.683)
Viagens e estadias	-	-	(40)	(128)
Aluguel de veículos	-	-	-	(7)
Contingências	-	-	(467)	(328)
Depreciação e amortização	-	-	(5.197)	(128)
Amortização de mais valia	-	-	(4.479)	(5.525)
Rateio de despesas administrativas <b>(ii)</b>	-	-	(16.650)	(15.562)
<b>Total</b>	<b>(30)</b>	<b>(23)</b>	<b>(27.465)</b>	<b>(24.594)</b>

**(i)** Em 2025 e 2024, foram realizados procedimentos de planejamento tributário nas empresas do grupo, que resultaram na identificação de créditos previdenciários referentes a exercícios anteriores, os quais foram utilizados para compensação de tributos no final de 2024 e ao longo do exercício de 2025.

**(ii)** O rateio DGA se refere ao compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, centralizado na Controladora e rateado para as suas controladas, conforme critérios definidos pela administração.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Outras receitas (despesas)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado (i)	-	-	-	10.311
Baixa de imobilizado (i)	-	-	(522)	(4.158)
Acordo judicial	-	-	(15)	(20)
Distribuição desproporcional (ii)	-	-	99	(198)
Eventos, comemorações e brindes	-	-	(56)	(8)
Outras receitas e despesas	-	-	81	(213)
Variação percentual de participação	(489)	-	(489)	-
<b>Total</b>	<b>(489)</b>	<b>-</b>	<b>(902)</b>	<b>5.714</b>

(i) Em 2024, a Maynart concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia – Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal – Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(ii) Em 2025, a Sul de Minas Participações em Energia S.A., controlada da NEC Operações, realizou a redução de seu capital social em decorrência do cancelamento das ações do sócio não controlador, no montante de R\$ 3.266. A redução ocorreu em razão do pagamento ao referido sócio em valor superior ao registrado para as ações na NEC Operações, o que resultou em variação no percentual de participação societária, impactando a NEC Operações no valor de R\$ 489.

**27. Despesas tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PLS sobre receitas financeiras	(4)	(4)	(14)	(10)
Cofins sobre receitas financeiras	(26)	(26)	(87)	(61)
Impostos de importação	-	-	-	(1)
Multas indedutíveis	-	-	(5)	(13)
Outras taxas e contribuições	-	(5)	(133)	(218)
<b>Total</b>	<b>(30)</b>	<b>(35)</b>	<b>(239)</b>	<b>(303)</b>

**28. Resultado financeiro líquido**

O saldo do resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	640	533	4.731	3.407
Juros recebidos e descontos obtidos	-	12	534	630
<b>Total</b>	<b>640</b>	<b>545</b>	<b>5.265</b>	<b>4.037</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e parcelamentos fiscais (i)	-	-	(289)	(1.443)
IOF	(5)	(3)	(106)	(161)
Juros e multa	-	-	(13)	(56)
Outras despesas financeiras	-	-	(92)	-
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>	<b>(500)</b>	<b>(1.660)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>635</b>	<b>542</b>	<b>4.765</b>	<b>2.377</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O motivo da redução das despesas com juros sobre os empréstimos se deve ao encerramento dos empréstimos na Brito e na Arenal junto ao banco Itaú S.A., ambos no dia 21 de fevereiro de 2025.

**29. Imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL – Sociedades optantes pelo lucro presumido	-	-	(3.854)	(3.743)
IRPJ e CSLL – Sociedades optantes pelo lucro real	(163)	(150)	(686)	(1.259)
<b>Total</b>	<b>(163)</b>	<b>(150)</b>	<b>(4.540)</b>	<b>(5.002)</b>

**a) Impostos sobre a renda - Empresas tributadas pelo lucro real:**

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (i)</b>	<b>25.758</b>	<b>13.067</b>
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(25.672)	(12.700)
Variação percentual de participação	489	-
Demais provisões	(2)	-
Estorno provisões	(18)	(7)
Outras Despesas Não Operacionais	-	17
<b>Receita (despesa) nominal</b>	<b>555</b>	<b>494</b>
Imposto de Renda - 15%	83	74
Imposto de Renda - 10%	32	26
<b>Imposto de Renda</b>	<b>115</b>	<b>100</b>
Contribuição Social - 9%	50	44
Ajuste ano anterior	(2)	6
<b>Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>163</b>	<b>150</b>
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (i)</b>	<b>27.859</b>	<b>17.384</b>
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(25.672)	(12.583)
Variação percentual de participação	489	-
Multas de Trânsito	4	8
Evento, comemorações, doações e brindes	39	7
Atualização monetária	(448)	(480)
Provisão de contingência	-	81
Provisão para devedores duvidosos	58	-
Amortização lei do bem	95	-
Estorno de receita	296	-
Seguros e indenizações	(91)	-
Exclusões temporárias	(545)	-
Demais provisões	228	-

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Estorno provisões	(91)	(16)
Outras despesas não operacionais	-	(43)
<b>Receita (despesa) nominal</b>	<b>2.221</b>	<b>4.358</b>
Imposto de renda 15%	333	654
Imposto de renda 10%	174	388
(-) PAT	(10)	(24)
<b>Imposto de renda</b>	<b>497</b>	<b>1.018</b>
Contribuição social 9%	199	392
Estorno ano anterior	(10)	(151)
<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>686</b>	<b>1.259</b>

(i) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social refere-se apenas as empresas de lucro real com movimento no imposto corrente, Bei Nec Operações em 2025 (Nec Operações, Bei e Vila Real em 2024).

**b) Impostos sobre renda - Empresas tributadas pelo lucro presumido:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	86.429	76.241
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro Presumido	6.914	6.099
Outras receitas	5	2.577
Rendimento de aplicações financeiras	3.910	1.959
Base de cálculo - Lucro Presumido	10.829	10.635
Alíquota de 15%	1.624	1.595
Adicional de 10%	944	916
<b>IRPJ - Corrente</b>	<b>2.568</b>	<b>2.511</b>
Receita bruta de geração de energia	86.429	76.241
Percentual de Presunção	12%	12%
Lucro Presumido	10.371	9.149
Outras receitas	5	2.577
Rendimento de aplicações financeiras	3.910	1.959
Base de Cálculo da CSLL	14.286	13.685
Alíquota	9%	9%
<b>CSLL - Corrente</b>	<b>1.286</b>	<b>1.232</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - corrente</b>	<b>3.854</b>	<b>3.743</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Impostos sobre renda – Tributos diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ - Diferido	-	7	1.673	3.190
CSLL - Diferida	-	2	619	1.152
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>2.292</b>	<b>4.342</b>
<b>Consolidado</b>			<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Contas a receber de clientes - Receita não faturada			5.063	6.688
Percentual de presunção			8%	8%
<b>Lucro presumido sobre receita não faturada</b>			<b>405</b>	<b>535</b>
Alíquota de 15%			61	80
Adicional de 10%			29	6
<b>IRPJ - Diferido</b>			<b>90</b>	<b>86</b>
Percentual de presunção			12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada			608	803
Alíquota			9%	9%
<b>CSLL - Diferido</b>			<b>55</b>	<b>72</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferido</b>			<b>145</b>	<b>158</b>
Estorno provisão ano anterior			(155)	(209)
<b>IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita não faturada</b>			<b>(10)</b>	<b>(50)</b>
Receita financeira não resgatada			(894)	(628)
Alíquota de IR e CSLL			34%	34%
Receita financeira não resgatada			-	149
Alíquota de IR e CSLL			24%	24%
<b>IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita financeira não resgatada</b>			<b>(304)</b>	<b>(178)</b>
Amortização anual do imobilizado reavaliado			(958)	-
Alíquota de IR e CSLL			34%	34%
<b>IRPJ e CSLL Diferido s/ reavaliação de imobilizado</b>			<b>(326)</b>	<b>-</b>
Amortização anual da mais valia			(4.879)	(12.099)
Alíquota de IR e CSLL			34%	34%
<b>IRPJ e CSLL Diferido s/ mais valia</b>			<b>(1.659)</b>	<b>(4.114)</b>
Ajuste exercício anterior			7	-
<b>IRPJ e CSLL Diferido do exercício</b>			<b>(2.292)</b>	<b>(4.342)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30. Instrumentos financeiros****30.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalente de caixa -				
Custo amortizado	5.704	5.563	27.350	32.963
Contas a receber - Custo amortizado	-	-	6.022	8.843
Partes relacionadas - Custo amortizado	-	-	4.550	4.493
<b>Total</b>	<b>5.704</b>	<b>5.563</b>	<b>37.922</b>	<b>46.299</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores - Custo amortizado	14	14	3.577	7.711
Empréstimos e financiamentos -				
Custo amortizado	-	-	1.176	6.633
Partes relacionadas - Custo amortizado	5.373	3.156	-	2.160
<b>Total</b>	<b>5.387</b>	<b>3.170</b>	<b>4.753</b>	<b>16.504</b>

**30.2. Gerenciamento de risco financeiro**

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

**i) Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Grupo está exposto ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

**Contas a receber com clientes**

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

**iii) Risco de liquidez**

É o risco de o Grupo não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

**iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)**

A geração de energia elétrica do Grupo depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico do Grupo participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**vi) Risco de não renovação das concessões**

GESM: A Companhia detém a autorização da Usinas de Congonhal I e Paes Leme, cujo vencimento se dá em 19 de março de 2033 e 19 de janeiro de 2033.

Maynard: A Empresa detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim e, cujo vencimento se dá em 16 de dezembro de 2034 e 01 de julho de 2035.

Energia Limpa: A Empresa detém a autorização da Usina de Nova Ponte Queimada, cujo vencimento se dá em 28 de dezembro de 2053.

Areal: A Empresa detém a autorização da Usina de Areal, cujo vencimento se dá em 26 de outubro de 2035.

Pacífico: A Empresa detém a autorização da Usina de Pacífico Mascarenhas, cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2055.

**vii) Risco regulatório**

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória no 1.304/2025 na Lei no 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei no 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

O Grupo monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei no 15.269/2025 e aos atos infralegais dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei; contudo, eventuais alterações regulatórias futuras poderão impactar o desempenho operacional e financeiro do Grupo, não sendo possível, neste momento, mensurar de forma precisa tais efeitos.

**viii) Risco socioambiental**

A Empresa e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Empresa e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 31. Seguros

### Seguro operacional

Em 15 de dezembro de 2025, a Empresa prorrogou a vigência da apólice de seguro operacional, originalmente válida até 15 de dezembro de 2025, para 13 de fevereiro de 2026. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027, por meio de endosso emitido pela seguradora. Essa apólice garante cobertura para riscos operacionais definidos nas Condições Contratuais, incluindo indenização por prejuízos decorrentes de eventos cobertos que atinjam prédios, maquinários, móveis, utensílios, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que integrem o Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras. O Limite Máximo de Garantia da apólice é de R\$ 50.000, aplicável às empresas co-seguradas: Brito Energética Ltda.; BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; Pacífico Mascarenhas Ltda.; Costa Rica Energética Ltda.; CEI – Energética Integrada Ltda.; Areal Energias Renováveis Ltda.; Maynard Energética Ltda.; Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e Tríade Energias Renováveis Ltda

### Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2025, foi prorrogada a vigência da apólice de seguro de responsabilidade civil para 15 de fevereiro de 2026, conforme as condições gerais, especiais e particulares pactuadas na apólice. Essa cobertura garante, até o limite máximo de indenização ou, quando aplicável, até o respectivo sublimite, limite agregado ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas ou o reembolso das despesas incorridas pelo segurado em reparações de danos materiais, pessoais, morais e estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo custos de defesa, salvamento e contenção de sinistros, desde que atendidas as seguintes condições: **(i)** que as reparações ou despesas sejam decorrentes de riscos cobertos e ocorridos dentro da vigência da apólice, no âmbito geográfico correspondente; **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados sejam formalizadas dentro do prazo de vigência da apólice ou dentro dos prazos prescricionais aplicáveis; **(iii)** que o valor das reparações seja fixado por sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral irrecorrível ou acordo firmado entre o segurado e os terceiros prejudicados com anuência prévia e expressa da seguradora; e **(iv)** que as despesas com salvamento ou contenção de sinistros sejam comprovadas ou, na ausência de documentação, validadas mediante vistoria, avaliação ou perícia técnica da seguradora, desde que decorrentes de riscos cobertos. A apólice possui limite máximo de R\$ 9.000 para todas as empresas co-seguradas: Brito Energética Ltda.; BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; Pacífico Mascarenhas Ltda.; Costa Rica Energética Ltda.; CEI – Energética Integrada Ltda.; Areal Energias Renováveis Ltda.; Maynard Energética Ltda.; Energia Limpa Participações Ltda.; Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; e Triade Energias Renováveis Ltda. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027.

### Seguro Garantia BEI

O Grupo possui seguro garantia contratado com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações contratuais assumidas. Em caso de inadimplência ou descumprimento das obrigações por parte do tomador, a seguradora se responsabiliza pela indenização ao segurado, efetuando posteriormente a cobrança do valor indenizado junto ao tomador. Francisco Sá: Limite: 594.316,78 Vigência 22/08/2025 a 22/08/2026. Garantia - (UFV Jaíba): Limite: 492.480,25 Vigência 13/05/2025 a 13/05/2026. Garantia – Salgueiro Limite: 776.457,57 Vigência 30/03/2025 a 30/03/2026.

### E&O - RC Profissional BEI

Em 23 de março de 2025, foi renovada a cobertura de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional – E&O (Errors and Omissions), contratada pela empresa BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda. O Seguro E&O (Errors and Omissions), ou Seguro de Erros e Omissões: cobre danos financeiros causados a clientes por erros profissionais, falhas técnicas, aconselhamentos incorretos ou omissões, mesmo que não tenham causado danos físicos; limite garantia 5.000, nos termos das Condições Contratuais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**RC - Responsabilidade Civil Geral -BEI**

Em 06 de abril de 2025, foram renovadas as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil geral conforme as condições gerais com o objetivo de garantir cobertura para indenizações por danos corporais, materiais e morais involuntariamente causados a terceiros, decorrentes do exercício de suas atividades, conforme condições e limites estabelecidos na apólice, com vigência até 06 abril de 2026, no montante limite de R\$ 5.000.

**Seguro Equipamento - Termovisor e Maleta**

Em 11 de janeiro de 2025, foram renovadas as coberturas de seguro para cobertura de equipamentos, abrangendo termovisor e respectiva maleta, com a finalidade de garantir indenização por perdas e danos decorrentes de eventos cobertos, tais como roubo, furto qualificado, danos acidentais e demais riscos previstos nas condições da apólice conforme as condições gerais, com vigência até 11 de janeiro de 2026, no montante limite de R\$ 316.

**32. Transações que não impactam caixa**

O Grupo realizou transações que não geraram efeitos de caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Integralização de Capital - Nec Operações e Participações em Energia Ltda.	-	-	-	11.279
Lucros a receber - Energia Limpa Participações Ltda.	3.290	-	3.290	-
Lucros a pagar - Nec Operações e Participações em Energia Ltda. e Energia Limpa Participações Ltda.	40.000	-	44.700	-
Capital a integralizar - Nec Operações e Participações em Energia Ltda.	20	-	20	-
Constituição de Reserva Legal - Sul de Minas Participações em Energia S.A.	-	-	183	-
Aumento de capital realizado pelos não controladores na Energia Limpa mediante capitalização de dividendos	-	-	300	-
Constituição de Reserva Legal - Itacolomi Participações S.A.	-	-	729	-
Constituição de Reserva Legal - Arenal Participações S.A.	-	-	31	-
Distribuição de lucros na Energia Limpa com posterior aumento de capital	-	-	300	-
<b>Total</b>	<b>43.310</b>	<b>-</b>	<b>49.553</b>	<b>11.279</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 33. Eventos subsequentes

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

#### **Renovação de apólices de seguros**

Até a data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não havia qualquer evidência de impactos relevantes que pudessem afetar a posição patrimonial e financeira ou os resultados do Grupo.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

*Maria Tereza Diniz Carneiro*

---

**Maria Tereza Diniz Carneiro**

Diretora

CPF: 013.460.826-77

*Mauricio Aquino Halewicz*

---

**Mauricio Aquino Halewicz**

Diretor

CPF: 694.701.200-78

*Gisele Aparecida Rocha Nogueira*

---

**Gisele Aparecida Rocha Nogueira**

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54